

A UDN E O HIPERMORALISMO

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Referindo-se às pessoas que não acolheram com simpatia e compreensão o desembaraço das novas normas udenistas, o sr. Alomar Baleeiro, em entrevista recentemente publicada, cita uma passagem de Jacques Maritain em que o filósofo chama de hipermoralismo o erro funesto, ou a falsa atitude que faz da ética política algo de impraticável, de puramente ideal, que é tão contrário a verdadeira moral política como o maquiavelismo, e que, embora antiteticamente, acaba por fazer o jogo do maquiavelismo. Acrescenta Maritain que "a pureza dos meios consiste em não usar meios intrinsecamente maus, e não em recusar farisaicamente todo o contato exterior com as sujeiras do mundo."

A referida passagem foi tirada de um longo e profundo ensaio publicado pela primeira vez em 1942 na "Review of Politics", novamente publicado na "Collection des Cahiers du Rhône", e finalmente incorporado, como capítulo V, no volume "Principes d'une Politique Humaniste", que tem tradução portuguesa apresentada pela Editora Agir. O título desse admirável ensaio, cuja leitura, mas leitura inteira e atenta, se recomenda hoje aos militantes udenistas, e "O fim do maquiavelismo". O filósofo diseca com rigor, e denuncia com calor, o erro mortal da filosofia que define a política como conquista e manutenção do poder. Demonstra que toda ela repousa sobre "a ilusão do sucesso imediato" e que apesar do nome insolente que lhe deram seus mais ilustres adeptos — "Realpolitik", no dizer de um Bismark, para quem os tratados eram meros farrapos de papel — o maquiavelismo é sempre um irrealismo. Seja ele moderado, como o praticava um Richelieu, ou absoluto e brutal como foi praticado por Hitler e por todos os seguidores do culto hegeliano do Estado, o maquiavelismo, filosofia do puro sucesso imediato e portanto ilusório, separa inteiramente a política do mundo moral. É a política do desumanismo, que só convém perfeitamente ao totalitarismo mas que é adotada, sob forma atenuada e disfarçada, pelos regimes imperfeitamente democráticos que inconscientemente aspiram ao totalitarismo.

Em certa altura do ensaio aparece a referência ao vício oposto, o tal hipermoralismo que recusa farisaicamente contato com o mundo exterior e suas impurezas; e é essa passagem, isolada de um denso e profundo contexto, que o sr. Alomar Baleeiro usa para qualificar os que se levantaram contra o realismo do sr. Juraci Magalhães. Não é aliás a primeira vez que aparece nos jornais essa referência ao hipermoralismo, reduzida a pilula filosófica para responder a alguma intransigência moral. Anos atrás o sr. Carlos Lacerda empregou-a quando reclamamos alguma coisa creio que o bonito artigo que então escreveu para elogiar Chateaubriand e dizer que lhe daria o seu voto. Agora reaparece, na pena do sr. Baleeiro, o conceito de hipermoralismo tirado justamente de um bellissimo estudo sobre os falsos realismos políticos. Vê-se logo que o filósofo, que o sr. Baleeiro qualifica de "insuspeito" por pertencer a um campo de ideias que não são as suas, não foi bem compreendido, nem podia sê-lo por quem apenas lhe concede a qualidade de insuspeito. O proprio Maritain, no seu mesmo ensaio, diz: "Penso que,

em política dificilmente poderão os homens escapar da tentação do maquiavelismo se não creem na existencia de um governo supremo e propriamente divino do universo e da historia...".

Realmente, o hipermoralismo definido pelo filósofo como recusa farisaica de contato, não se aplica, sem completa distorção aos militantes que vivem em contato diario com as miserias de seus partidos e com as miserias dos outros. Ha um abismo de diferença entre recusa de contato e recusa de certas alianças. Admite-se perfeitamente, ou melhor, impõe-se até como norma a acção paciente e corajosa da coexistencia e da convivencia. Admite-se, e até em certos casos se impõe como boa norma, a cooperação com os mais impuros elementos numa tarefa definida e nitidamente boa. A moral politica, como se cansa de ensinar Maritain, tem uma especificidade que a distingue da moral privada, e por isso não bastam, para a promoção do bem comum a pureza de intenções e as virtudes do militante. É mister que ele conheça o officio e que tenha a boa disposição de conviver e de entrar em contato com a humilde materia. É preciso que ele não tenha noosea do ar que respira nas casas de congresso ou nos diretórios de partido; é preciso em suma que ele não se abstenha, que não fuja ao combate sob a alegação de que é suja a politica. No seu caso extremo, o hipermoralista é o que não milita, é o que se abstém, é o que despreza as lides do bem comum e se encosta a num isolacionismo que julga ser virtuoso.

Chega a ser cômica a idéa de atribuir a Jacques Maritain uma flexibilidade, uma relatividade moral que chega a encorajar os realismos, as politicas de pura aspiração do poder e as alianças mais do que suspeitas. Se o sr. Baleeiro leu o ensaio inteiro, em vez de se contentar com a pastilha, terá visto que Maritain, mais de uma vez apela para o heroismo e para as mais adamantinas intransigencias com o fim de combater o maquiavelismo. Considere por exemplo esta outra passagem que cito no original para não lhe tirar todo o sabor e todo o fervor: "Il n'y a qu'un, seul principe déterminant devant lequel le principe du machiavelisme se trouve lui-même et spirituellement réduit à l'impuissance: c'est le principe d'une justice politique réelle et inébranlable tel que Saint Louis le comprenait. Des hommes devront se lever pour deployer, contre la chevalerie de là dégradation humaine, la vraie chevalerie de la justice." Ora, eu acho muito difficil aproximar essa cruzada da justiça, tal como São Luiz a compreendia, dos bonchavos que o sr. Juraci andou fazendo com o sr. Ademar de Barros. É melhor, a meu ver, que o sr. Baleeiro deixe em paz Maritain, ou então que o passem a considerar mais suspeito do que nunca. Não é esse autor que fala em São Luiz e em princípios inabaláveis, que se recomenda para justificar a aproximação entre udenistas e o sr. Ademar de Barros.

Na mesma entrevista, o sr. Baleeiro nos lembra passagens evangélicas. Jesus perdoou a adúltera e comeu na companhia do publicano. De onde se conclui, se não lhe enganou, que devemos perdoar ao sr. Ademar ou passar a ser seu comensal. Ora, permita-me o illustre professor de Finanças dizer-lhe que está pisando aqui um terreno ainda mais inseguro do

que o da filosofia tomista. Chega a ser tolo imaginar que o cristão é o boco que anda distribuindo a torto e a direito perdões mais fáceis e menos desejados do que as células eleitorais. Já que o sr. Alomar Baleeiro parece estar demonstrando interesse por nossa doutrina deixe-me dizer-lhe que Deus não perdoa o peccador impenitente. E não perdoa por uma simples razão: o perdão é uma resposta, é uma espécie de deferimento, e não um ato insolito e intempestivo. Deus perdoa a quem pede perdão. Seu perdão é realmente fácil, rapido, transbordante, impetuoso, impaciente até, mas todo esse explosivo dinamismo está condicionado a uma coisa pequenina, que no dizer de Santo Tomaz pode ser apenas um gemido, mas que deve ter o caracter de contrição supplicante. Não há perdão para o impenitente por uma simplissima razão: porque ele não o quer.

Ainda mais, Deus perdoa até a quem não pronunciou em voz alta, explicitamente, a sua supplica, porque Deus soada os rins e o coração. Na passagem evangélica a adúltera esteve calada, mas certamente seu coração falou. E pediu. E recebeu. Afinando nossa alma pela misericórdia de Deus, nós devemos ter discórdia para perdoar, mas daí não se segue que devamos perdoar a quem não faz questão de ser perdoado. E para a judiciosa aplicação da boa tendencia nós precisamos de sinais visíveis. O proprio perdão de Deus na sua forma sacramental e regular, se inscreve dentro da mesma exigencia de sinais visíveis. Por muito mais forte razão só a parece para nós a occasião de perdoar quando aparecem os sinais do arrependimento. Ora, não li em nenhum jornal a noticia das cinzas com que se cobriu o sr. Ademar. Não conste que ele tenha corrido ao encontro do sr. Juraci banhado em lágrimas. E que tenha devolvido tudo aquilo que os mesmos udenistas disseram que ele roubou. Aliás, por falar em penitencia, o caso presente está a exigir uma de duas: ou o sr. Ademar se arrepende visivelmente das gatinagens que lhe inculcam, ou fazem penitencia os ardorosos udenistas que durante tantos anos o chamaram de ladrão.

Convém ainda acrescentar um dado a mais para que o sr. Alomar Baleeiro tenha uma informação menos imperfeita de nossa doutrina. Suponhamos que o sr. Ademar tenha dado todos os sinais de uma violenta contrição; suponhamos que foi visto em pranto e que todos os desfalcados testemunhem a lusura e a efficacia de seu arrependimento. Nós nos alegraremos. Há mais alegria no céu para um peccador que se arrepende do que para noventa e nove que perseveraram. Muito bem. Mas daí não se segue, de modo algum, que devemos ter sólida confiança nos seus propositos e que logo traduzamos nossa confiança em alianças. Deus sabe quem se arrepende com profundidade e força definitivas, quem passa de peccador a santo; mas nós, que não penetramos as almas, temos de pautar nossos atos por humana prudencia. Se um ladrão contumaz dá sinais de arrependimento nós nos alegramos. Nós o abraçamos. Nós damos graças a Deus.

Mas não devemos logo, no dia seguinte, dar a esse homem um lugar na caixa de um banco, onde suas antigas tendencias poderão reaparecer. Seria pouco prudente tal ato; seria até injusto, porque temos a obrigação, ao contrário do que proclamou Cain, de guardar nosso irmão, mas sobretudo seria estúpido.